LEI COMPLEMENTAR n° 100/2007:

A atuação do STF e a proteção dos direitos coletivos dos concursados de Minas Gerais.

SUPPLEMENTARY LAW No. 100/2007:

The procedure of the Supreme Court and the protection of collective rights of Minas Gerais
gazetted.

Helimara Moreira Lamounier Heringer¹

Juvêncio Borges Silva²

RESUMO

Por muitos anos, o modo de ingresso no serviço público tinha como prática usual o apadrinhamento e o nepotismo. Tais práticas, comuns, atentam diretamente contra a ética e a eficiência da Administração Pública. Com o advento da Constituição Federal de 1988, o instituto do Concurso Público foi elevado a um *status* de imprescindibilidade. A edição da Lei Complementar n° 100/2007, de Minas Gerais, efetivou milhares de servidores temporários de forma precária e inconstitucional. O presente artigo visa, por meio da análise doutrinária e jurisprudencial, apreciar a defesa do instituto do concurso público; contextualizar o conceito de direitos coletivos à situação dos concursados não convocados e não nomeados em razão da “Lei 100”; e analisar a atuação do STF, através da ADI n° 4.876, na promoção da plena cidadania, corrigindo a omissão da Administração Pública mineira quanto ao provimento de cargos públicos.

¹Mestranda em Direito Coletivo e Cidadania na Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP – Ribeirão Preto/SP; Pós-Graduada em Direito Público, pela Universidade Anhanguera – Campo Grande/MS; Pós-Graduada em Psicopedagogia Institucional, pela Universidade Candido Mendes – Rio de Janeiro/RJ; Graduada em Direito, pela Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG – Passos/MG; Graduada em História, pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES – Vitória/ES; Graduada em Psicanálise Clínica, pela Sociedade Psicanalítica Ortodoxa do Brasil – SPOB – Vila Velha/ES; Graduada em Teologia, pelo Seminário Teológico Batista do Espírito Santo – Vitória/ES. Professora de Direito Administrativo, da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, unidade Passos/MG. Advogada.

² Pós-doutor em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; Doutor pela Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – UNESP; Mestre pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Graduated in law by the Faculty of Law of Franca; Docente do Programa de Mestrado em Direitos Coletivos e Cidadania da Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP.

Palavras-chave: Direitos Coletivos. Concurso Público. Lei 100. ADI 4.876.

ABSTRACT

For many years, the way ticket in the public service had the usual practice of patronage and nepotism. Such practices, common, undermine directly against ethics and efficiency of public administration. With the advent of the 1988 Federal Constitution, the Public Tender institute was elevated to an indispensability status. The issue of Complementary Law 100/2007 of Minas Gerais, did make effective thousands of temporary servers precariously and unconstitutionally. This article aims, through the doctrinal and jurisprudential analysis, to value the protection of the public tender of the institute; contextualize the concept of collective rights in the situation of not called gazetted and not appointed because of "Law 100"; and analyze the performance of the STF through ADI 4876, promoting full citizenship by correcting the omission of Minas Gerais Public Administration regarding the provision of public office.

Keywords: Collective Rights. Public tender. Law 100. ADI 4876.

1 INTRODUÇÃO

O instituto da contratação temporária de servidores públicos³ é indispensável para atender às necessidades urgentes que se fizerem realidade na Administração Pública. Entretanto, não se pode confundir temporário com estável e nem excepcionalidade com habitualidade.

Apesar da Constituição Federal ter dado a este instituto um caráter de excepcionalidade do interesse público, o que se viu ao redor do país, mesmo depois de 1988, seja em nível federal e, principalmente, nas esferas estadual, distrital e municipal, é que a contratação de servidores temporários continua sendo usada como uma forma de facilitar o

³Art. 37, IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público (BRASIL, 1988);

ingresso ao serviço público sem passar pela via do Concurso Público e, isso, de forma habitual e quase definitiva. Tal situação gera diversos prejuízos à cidadania, fere os princípios que regem a Administração Pública.

A Lei Complementar nº 100/2007⁴, do Estado de Minas Gerais, em seu artigo 7º, é um exemplo dessa situação e, também, a tentativa de perpetuação do serviço público temporário, que, até o presente momento, traz prejuízos enormes ao serviço público do Estado de Minas Gerais, aos próprios servidores temporários, e, principalmente, aos milhares de cidadãos que, mesmo tendo passado por todo calvário da seleção em Concurso Público, foram alijados do serviço público pelo fato de que, ocupando os cargos vagos da Administração Pública mineira, encontravam-se servidores contratados “temporariamente” *ad infinitum*.

Em 26 de março de 2014, os ministros do STF julgaram parcialmente procedente, a ADI nº 4.876, declarando a inconstitucionalidade dos incisos I, II, IV e V do art. 7º, da referida lei, que ficou popularmente conhecida pelo nome de “Lei 100”.

Com a ADI nº 4.876, o Supremo Tribunal Federal – STF procurou corrigir a situação, tentou promover o restabelecimento da ordem jurídica, a salvaguarda da Constituição Federal e garantir o direito à plena cidadania àqueles que pretendem ingressar no serviço público brasileiro.

Por meio da análise doutrinária e jurisprudencial, este trabalho visa apreciar a defesa do instituto do concurso público; contextualizar o conceito de direitos coletivos à situação dos concursados não convocados e nomeados em razão das nomeações da “Lei 100”;

⁴Art. 7º – Em razão da natureza permanente da função para a qual foram admitidos, são titulares de cargo efetivo, nos termos do inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 64, de 2002, os servidores em exercício na data da publicação desta lei, nas seguintes situações:

I - a que se refere o art. 4º da Lei nº 10.254, de 1990, e não alcançados pelos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado;

II - estabilizados nos termos do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República;

III - a que se refere o caput do art. 107 da Lei nº 11.050, de 19 de janeiro de 1993;

IV - de que trata a alínea "a" do § 1º do art. 10 da Lei nº 10.254, de 1990, admitidos até 16 de dezembro de 1998, desde a data do ingresso;

V - de que trata a alínea "a" do § 1º do art. 10 da Lei nº 10.254, de 1990, admitidos após 16 de dezembro de 1998 e até 31 de dezembro de 2006, desde a data do ingresso.

§ 1º O posicionamento dos servidores de que trata este artigo dar-se-á no nível e no grau correspondentes ao padrão de vencimento utilizado para pagamento de sua remuneração na data da publicação desta Lei.

§ 2º Não será computado, para a percepção de vantagem ou benefício, o período em que os servidores não estiveram em efetivo exercício, conforme definido em lei.

§ 3º Os servidores de que trata este artigo ficam vinculados ao Funfip, instituído na Lei Complementar nº 64, de 2002. (MINAS GERAIS, 2007)

e analisar a atuação do STF, através da ADI nº 4.876, na promoção da plena cidadania, corrigindo a omissão da Administração Pública mineira quanto ao provimento de cargos públicos.

2 O INSTITUTO DO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVISÃO DE CARGOS PÚBLICOS E OS SERVIDORES TEMPORÁRIOS DA EDUCAÇÃO, DE MINAS GERAIS

A Administração Pública se dá por intermédio do Serviço Público. Numa breve digressão sobre Serviço Público, nos seus diversos aspectos, tem-se que, segundo Hely Lopes Meirelles (1999, p. 297), ele “é todo aquele prestado pela Administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade, ou simples conveniências do Estado”. E, numa mesma linha de raciocínio, Bandeira de Mello diz que o

Serviço Público é toda a atividade de oferecimento de utilidade ou comodidade material destinada à satisfação da coletividade em geral, mas fruível singularmente pelos administrados, que o Estado assume como pertinente a seus deveres e presta por si ou por quem lhe faça as vezes, sob um regime de Direito Público - portanto, consagrador de prerrogativas de supremacia e de restrições especiais – instituído em favor dos interesses definidos como públicos no sistema normativo. (2006, p. 642)

Logo, entende-se que o Serviço Público como tal, é todo aquele serviço prestado pela Administração Pública, ou por um ente delegado por ela, em prol de seus administrados visando à satisfação de interesse coletivo e bem-estar social dentro de um arcabouço normativo do Direito Público.

E o Serviço Público se efetiva por intermédio da atuação do Agente ou Servidor Público, terminologias usadas para designar os ocupantes de cargo público e de suas consequentes relações jurídicas com a Administração Pública.

Segundo Di Pietro (2004, p. 431), “Agente público é toda pessoa física que presta serviços ao Estado e às pessoas jurídicas da administração indireta”. Ou, ainda, na opinião de Waldo Fazzio Jr,

toda pessoa física que exerce cargo, emprego ou função pública é agente público. A locução agente público compreende todas as pessoas que mantêm vínculo de trabalho, temporário ou permanente, a qualquer título, com o Estado. Vale para a Administração Direta e Indireta, quer dizer, designa a pessoa natural que, sob

qualquer pretexto, exerce atividade típica do Estado. (2002, p. 55-56)

Esses agentes englobam os servidores estatutários, os servidores temporários, os empregados públicos, os militares e particulares em colaboração com o poder público; dos quais interessa à presente análise, os servidores estatutários, ocupantes de cargos públicos providos por concurso público, nos moldes do art. 37, II, da Constituição Federal (BRASIL, 1988), e que são regidos por um estatuto, definidor de direitos e obrigações; e os servidores temporários, que exercem função pública (despida de vinculação a cargo ou emprego público), contratados por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, IX, da CF), prescindindo de concurso público.

Os agentes, executam suas funções por meio da provisão em Cargo Público, que “é o lugar instituído na organização do serviço público com denominação própria, atribuições e responsabilidades específicas e estipêndio correspondente, para ser provido e exercido por um titular, na forma estabelecida em lei” (MEIRELLES, 1999, p. 360). E que não deve ser confundido com a Função Pública, que é “a atribuição ou o conjunto de atribuições que a Administração confere a cada categoria profissional ou comete individualmente a determinados servidores para a execução de serviços eventuais, sendo comumente remunerada através de *pro-labore*” (*Ibid.*, p. 444).

Para Celso Antônio Bandeira de Melo (2006, p. 246), os cargos públicos são “as mais simples e indivisíveis unidades de competência a serem expressadas por um agente, previstas em número certo, com denominação própria, retribuídas por pessoas jurídicas de direito público e criados por lei”.

Por fim, tem-se o Concurso Público, o qual no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, nossa Lei maior preceitua que

a investidura em cargo ou emprego público de provimento efetivo depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei (BRASIL, 1988).

Dessa forma, o instituto do Concurso Público se apresenta como regra máxima para o provimento de cargos ou funções, preservando o princípio da proporcionalidade aplicável à verificação da legalidade da criação de determinados tipos de cargos públicos.

O concurso público apresenta-se como instrumento de nivelamento e democracia,

tentativa de igualdade de oportunidades no ingresso ao serviço estatal. O servidor público concursado conta com o respaldo de um processo seletivo igualitário.

Segundo José dos Santos Carvalho Filho,

Concurso Público é o procedimento administrativo que tem por fim aferir as aptidões pessoais e selecionar os melhores candidatos ao provimento de cargos e funções públicas. Na aferição pessoal, o Estado verifica a capacidade intelectual, física e psíquica de interessados em ocupar funções públicas e no aspecto seletivo são escolhidos aqueles que ultrapassam as barreiras opostas no procedimento, obedecidas sempre à ordem de classificação. Cuida-se, na verdade, do mais idôneo meio de recrutamento de servidores públicos (2001, p. 472).

Ainda, sob a ótica de Meirelles, com enfoque técnico:

Posto à disposição da administração pública para obter-se moralidade, eficiência e aperfeiçoamento do serviço público e, ao mesmo tempo propiciar igual oportunidade a todos interessados que atendam aos requisitos da lei, fixados de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou do emprego, consoante determina o art. 37, II, CF (1999, p. 387).

Igualmente, Diogo de Figueiredo Moreira Neto (1994, p. 202 e 203) define Concurso Público, conforme o princípio da legalidade, “O concurso, formalmente, considerado, vem a ser procedimento administrativo declarativo de habilitação à investidura, que obedece a um edital ao qual se vinculam todos os atos posteriores. O edital não poderá criar outras condições que não as que se encontram em lei”.

Verifica-se, desse modo, que o instituto do Concurso Público se apresenta como forte instrumento representativo do sistema meritório na seleção para cargos públicos da Administração Pública, e que se trata de

um certame de que todos podem participar nas mesmas condições, permitindo que sejam escolhidos realmente os melhores candidatos. Baseia-se o concurso público em três postulados fundamentais. O primeiro é o princípio da igualdade, pelo qual se permite que todos os interessados em ingressar no serviço público disputem a vaga em condições idênticas para todos. Depois, o princípio da moralidade administrativa, indicativo de que o concurso veda favorecimentos e perseguições pessoais, bem como situações de nepotismo, em ordem a demonstrar que o real escopo da Administração é o de selecionar os melhores candidatos. Por fim, o princípio da competição, que significa que os candidatos participem de um certame, procurando alcançar-se à classificação que os coloque em condições de ingressar no serviço público (CAETANO, Marcelo *apud* CARVALHO FILHO, 2001, p. 473).

Três são os princípios da Administração Pública evocados através da realização do Concurso Público, o princípio da igualdade, moralidade e da legalidade, por meio de uma

competição que obedece a um regramento previamente estabelecido e juridicamente seguro.

Como já dito, além dos servidores efetivos, tem-se a situação dos servidores temporários. Os mesmos devem ser contratados “por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público” (BRASIL, 1988, art. 37, IX).

A condição de grande parte dos servidores temporários no país, atualmente, é de precária habitualidade.

No caso dos servidores temporários da educação, de Minas Gerais alcançados pela “Lei 100”, os mesmos foram contratados por meio de processo seletivo simplificado, termos do artigo 10, II, § 1^a, alínea a, da Lei 10.254/1990, que institui o regime jurídico dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais:

Art. 10- Para suprir a comprovada necessidade de pessoal, poderá haver designação para o exercício de função pública, nos casos de:

[...]

II- cargo vago, e exclusivamente até o seu definitivo provimento, desde que não haja candidato aprovado em concurso público para a classe correspondente.

§ 1^o- A designação para o exercício da função pública de que trata este artigo somente se aplica nas hipóteses de cargos de:

a)- Professor, para regência de classe, Especialista em Educação e Serviço, para exercício exclusivo em unidade estadual de ensino (MINAS GERAIS, 1990)

No entanto, tal legislação não foi cumprida, uma vez que em havendo cargo vago, ou não foi realizado Concurso Público para suprir o mesmo, ou, pior, mesmo com concursados aprovados, não ocorreu a nomeação e investidura deste para o cargo.

Tal situação, portanto, se configura numa total afronta à legislação pátria, ao instituto do Concurso Público e ao direito daqueles que foram devidamente aprovados em concurso público para suprimento de cargos vagos.

3 O CONCEITO DE DIREITOS COLETIVOS E A SITUAÇÃO DOS CONCURSADOS DE MINAS GERAIS, PRETERIDOS EM FUNÇÃO DOS SERVIDORES TEMPORÁRIOS

Os interesses coletivos ou transindividuais, uma vez que transcendem os interesses do indivíduo, transitam num campo intermediário entre o direito privado e o público. Embora, haja o interesse individual envolvido e que esse interesse seja semelhante

para um determinado grupo de pessoas, os direitos decorrentes desses interesses em questão não podem ser qualificados como interesses ou direitos públicos. Tratam-se de interesses coletivos *lato sensu*, que compreendem os interesses difusos, individuais homogêneos e os coletivos *stricto sensu*.

A tratativa desses interesses coletivos é um tema relativamente recente no Direito nacional e, com a edição do Código de Defesa do Consumidor, teve a sua primeira definição inserida num diploma legal brasileiro, conferindo aos interesses coletivos um caráter de direitos, dando àqueles que se sentiram lesados em seus interesses a condição de recorrerem de forma coletiva à justiça. Apesar dessa elevação de status, não existe, no âmbito da tutela coletiva, diferenciação no uso dos termos “interesse” ou “direito”, sendo utilizados indistintamente como sinônimos, seja na doutrina, legislação ou jurisprudência.

O artigo 81, em seu parágrafo único, classifica e diferencia os interesses coletivos em sentido amplo:

Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:

- I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;
- II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;
- III - interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum (BRASIL, 1990).

Uma melhor forma de exemplificar e distinguir os referidos direitos transindividuais se dá pela diferenciação de suas origens. Segundo Hugo Nigro Mazzilli:

- a) se o que une interessados determináveis é a mesma situação de fato (p. ex., os consumidores que adquiriram produtos fabricados em série com defeito), temos interesses individuais homogêneos; b) se o que une interessados determináveis é a circunstância de compartilharem a mesma relação jurídica (como os consorciados que sofrem o mesmo aumento ilegal das prestações), temos interesses coletivos em sentido estrito; c) se o que une interessados indetermináveis é a mesma situação de fato (p. ex., os que assistem pela televisão à mesma propaganda enganosa), temos interesses difusos (2000, p. 41).

Conquanto esses interesses tenham sido inseridos no Código de Defesa do Consumidor, é pacífico o entendimento de que eles não se limitam às relações de consumo, tendo natureza ampla.

Quanto aos interesses coletivos *stricto sensu*, estes se caracterizam pela

individualidade do bem jurídico, tendo por pressuposto a existência de uma relação jurídica ou fática existente entre os componentes do grupo.

Quando analisado sob o prisma dos direitos coletivos, no sentido amplo, portanto, os indivíduos que se inscreveram, se prepararam, realizaram as provas e foram aprovados nos últimos concursos públicos para provimento de cargos das carreiras de professor de educação básica, analista educacional, especialista em educação básica, assistente técnico educacional e assistente técnico de educação básica, do quadro de pessoal da secretaria de estado de educação de Minas Gerais, e que não foram convocados, nomeados e efetivados em cargo público para o qual se candidataram, porque encontravam-se ocupados por servidores temporários precariamente “efetivados”, sem concurso público, são abarcados pelo conceito de interesses coletivos no sentido estrito, uma vez que o que os une é a circunstância de compartilharem essa mesma relação jurídica para com o estado de Minas Gerais.

Esse grupo de concursados aprovados e não efetivados foi claramente preterido pela Administração Pública de Minas Gerais quando da edição da “Lei 100”. Entretanto, tal situação não teve origem em 2007, quando da edição da referida Lei. O Governo de Minas Gerais estava, na prática, tentando corrigir uma distorção que perdurava há mais de duas décadas e atingia quase cem mil trabalhadores, da Secretaria de Estado de Educação (SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, 2016), que num hiato de quase 30 anos, havia realizado pouquíssimos concursos para repor os quadros da Secretaria, e que o supria através de processos seletivos simplificados, visando a contratação de servidores temporários.

Na tentativa de corrigir uma injustiça para com esses servidores temporários, que não tinham estabilidade e nem o pagamento previdenciário junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, o Estado de Minas Gerais celebrou um acordo com a União e o INSS no qual abarcaria todos os servidores temporários que estivessem no serviço público a mais de cinco anos ininterruptos, dando-lhes a condição de servidores “efetivados” e garantindo-lhes o direito à aposentadoria pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Ao tentar corrigir uma injustiça de décadas, a Administração Pública de Minas Gerais gerou outra de igual monta e feriu vários preceitos inegociáveis da Constituição Federal. Além de não promover a estabilidade desses servidores “efetivados” e sua consequente segurança de ver garantida sua aposentadoria, a “Lei 100” tirou de diversos

cidadãos, aprovados em Concurso Público, no estado de Minas Gerais, que viram suas possíveis vagas serem ocupadas precária e irregularmente por esses servidores. Isso, sem contar, o sem-número de concursos que não foram realizados, para provisão dos cargos vagos, que estavam precariamente preenchidos por servidores temporários.

Tais cidadãos, concursados e devidamente aprovados em processo seletivo, tal como preceitua a Constituição Federal, embora não tivessem o direito adquirido, senão, apenas uma expectativa de direito à vaga para a qual foram aprovados, estabeleceram através da inscrição regular para o certame, realização das provas e aprovação nas mesmas, uma relação jurídica comum para com o Estado.

Sobre a situação destes concursados, o Ministro Joaquim Barbosa, então presidente do STF, conforme se verifica no inteiro teor do Acórdão, chamou a atenção para condição desse grupo de cidadãos, aos quais denominou “precarizados”, os quais, sendo concursados, foram mantidos apenas na condição de contratados:

Eu estive em Minas Gerais, recentemente, e fui lá abordado por um grupo, uma categoria denominada de "os precarizados", que se enquadra na seguinte situação: são servidores concursados, porém, o Estado não os nomeia, mas os contrata, os contrata de maneira precária; e parece que são milhares. E, neste caso, aqui, o que me chama muito a atenção é o fato de que o prazo do concurso vence agora (BRASIL, 2014, p. 27).

Tal relação jurídica enquadra-se no campo do Direito Coletivo no sentido estrito, uma vez que se trata de interessados determináveis, os concursados de Minas Gerais, unidos pela circunstância na qual compartilham de uma mesma relação jurídica, a lesão de seu direito que sofreram com a edição da “Lei 100”.

4 A ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF, A ADI Nº 4.876, PROMOVENDO CIDADANIA E CORRIGINDO A OMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MINEIRA

Para analisar a atuação do STF, na Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 4.876, é importante que se conheça o conceito de constitucionalidade e inconstitucionalidade. Segundo Jorge Miranda, existe um conceito de relação entre constitucionalidade e inconstitucionalidade, ou seja, “a relação que se estabelece entre uma coisa – a Constituição –

e outra coisa – um comportamento – que lhe está ou não conforme, que com ela é ou não compatível, que cabe ou não no seu sentido” (2001, p. 273-274).

Alexandre de Moraes traz o mesmo entendimento, dizendo que: “controlar a constitucionalidade significa verificar a adequação (compatibilidade) de uma lei ou ato normativo com a Constituição, verificando seus requisitos formais e materiais”. (2009, p. 559).

Assim, tem-se que a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de uma lei se dá em sua relação com a Constituição Federal, se há ou não conformidade ou compatibilidade em seus requisitos formais e materiais.

Assevera, ainda, Alexandre de Moraes (2009, p. 732), que “haverá cabimento da ação direta de inconstitucionalidade para declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou distrital, no exercício de competência equivalente à dos Estados-membros, editados posteriormente à promulgação da Constituição Federal e que ainda estejam em vigor”.

Na ADI nº 4.876, proposta, em 31 de agosto de 2012, o Procurador-Geral da República Roberto Monteiro Gurgel Santos, questionava o artigo 7º, da Lei Complementar nº 100/2007, que

dispõe sobre a concessão de titularidade de cargos públicos efetivos a profissionais da área de educação que mantinham vínculo precário com a administração pública estadual há mais de cinco anos, sob a chancela de “designados”, passando a ser lotados no Instituto de Previdência do Estado de Minas Gerais. [...] A questão central diz respeito à investidura de milhares de cidadãos em cargos públicos efetivos sem a realização de concurso público (BRASIL, 2012, p. 2, 5).

A ADI nº 4.876 questiona exatamente a conformidade legal na relação entre a “Lei 100”, do Estado de Minas Gerais, e a Constituição Federal, na questão de provimento de cargos públicos daqueles que foram contratados temporariamente, sem concurso público, e através da referida Lei foram “efetivados”.

O referido artigo, segundo o Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel, representa “evidente violação aos princípios republicanos (art. 1º, *caput*, da CR), da isonomia (art. 5º, *caput* e II, da CR), da impessoalidade e da moralidade administrativa (art. 37, *caput*, da CR), e da obrigatoriedade de concurso público (art. 37, II, da CR)” (BRASIL, 2012, p. 5).

A ADI nº 4.876 teve como relator, o Ministro José Antônio Dias Toffoli, que

determinou a aplicação do dispositivo do art. 12, da Lei nº 9.868/99, o qual determina que em

Havendo pedido de medida cautelar, o relator, em face da relevância da matéria e de seu especial significado para a ordem social e a segurança jurídica, poderá, após a prestação das informações, no prazo de dez dias, e a manifestação do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República, sucessivamente, no prazo de cinco dias, submeter o processo diretamente ao Tribunal, que terá a faculdade de julgar definitivamente a ação (BRASIL, 1999).

Não há que discutir a relevância da matéria e seu significado para a ordem social e segurança jurídica da matéria. Uma afronta direta a dispositivo constitucional, como bem salientou o Procurador-Geral da República, uma ofensa clara aos princípios da isonomia, impessoalidade e moralidade administrativa, desprezando a obrigatoriedade de realização de concurso público.

A decisão do Ministro Dias Toffoli trouxe a celeridade necessária que a questão exigia.

Ainda, em seu voto, o relator, salienta o quadro estarrecedor de irregularidades:

Como se vê, Senhores Ministros, **o quadro de irregularidades é estarrecedor**. Com exceção do inciso III (que faz referência a servidores submetidos a concurso público), os demais incisos do art. 7º da Lei Complementar nº 100, de 2007, permitiram a efetivação de servidores da Administração Pública em cargo público com evidente burla ao princípio do concurso público (art. 37, II, CF/88) (BRASIL, 2014, p. 16).

Chama ainda a atenção para o caráter temporário das contratações realizadas com amparo na Lei nº 10.254/90, e que foram mantidos por anos afim:

Como se observa no **caput** e nos incisos I e II do art. 10 da Lei nº 10.254/1990, essas pessoas foram, em tese, **designadas, em caráter excepcional e temporário**, para substituírem servidores impedidos, enquanto durasse esse impedimento, ou, nos casos de cargo vago, exclusivamente até haver provimento definitivo, desde que comprovada a necessidade. Ademais, segundo o § 2º, na hipótese de cargo vago, o exercício da função não poderia exceder o ano letivo em que ocorrera a designação. Constatou-se, portanto, que, **já sob a vigência da Constituição de 1988**, se editou legislação (Lei estadual nº 10.254/1990) que, sem observância da regra do concurso público – e também sem fundamento na regra constitucional sobre a contratação temporária (art. 37, IX, CF/88) –, determinou a **designação**, para “**função pública**”, em caráter excepcional e temporário, de pessoas para o exercício das atividades de professor, especialista em educação ou serviçal. Contrariando o disposto na própria lei estadual, **esses servidores “designados” foram mantidos em atividade por mais de uma década, quando, teoricamente, deveriam ficar cerca de um ano. Em seguida, adveio a Lei Complementar nº 100/2007 – ora questionada – e tornou esses designados titulares de cargos efetivos** (*Ibid.*, p. 15,16)

Demonstra, o relator, que nem mesmo a Lei nº 10.254/90, posterior à Constituição

Federal, foi editada com a observância dos preceitos constitucionais relativos às regras do concurso público. Caracterizando um verdadeiro descaso da Administração Pública estadual para com o instituto do Concurso Público.

Nota-se em seu voto, seguido pelos demais ministros, uma forte preocupação em salvaguardar o instituto do Concurso Público como sendo uma das principais conquistas à moralidade, isonomia e impessoalidade da Administração Pública.

Nas palavras do Ministro Marco Aurélio,

O que nos cumpre perquirir é se essa lei das Minas Gerais mostra-se harmônica, ou não, com a Constituição Federal, no que esta impõe o concurso público, e, desenganadamente, não é harmônica.

Não se pode simplesmente apostar na morosidade da Justiça e, passados vinte e um anos da edição da lei, dar-se o dito pelo não dito e placitar-se situação jurídica, surgida em 2007 – e a Carta da República é de 1988 –, escancaradamente contrária à Carta da República. Por isso, digo que, no Brasil, precisamos, Presidente, de um banho de ética! Não precisamos de mais leis, de mais emendas constitucionais; precisamos de homens, principalmente homens públicos, que observem o arcabouço normativo em vigor (*Ibid.*, p. 32).

O grau de desrespeito às normas constitucionais quanto ao ingresso no serviço público e a “generosidade” do art. 7º, da “Lei 100”, foi de tal monta que, como assevera o próprio Ministro Dias Toffoli, salientando que até mesmo empregados que prestavam serviço à administração pública mineira mediante convênio foram contemplados com a efetividade:

o inciso I do art. 7º da LC estadual nº 100/2007, ora questionado, tornou **trabalhadores regidos pela CLT que ingressaram no serviço público sem o respectivo concurso** ocupantes de cargos efetivos na administração direta, em autarquias ou fundações públicas. **O dispositivo alcançou, inclusive, aqueles empregados que prestavam serviço à administração pública estadual mediante convênio com entidade da administração indireta**, admitindo, como bem apontado pela Advocacia-Geral da União, “como titulares de cargos efetivos, prestadores de serviços vinculados a empresa pública ou a sociedade de economia mista conveniente” (BRASIL, 2014, p. 11,12).

Por unanimidade, os Ministros do STF declararam a inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 100/2007, em seu artigo 7º, incisos I, II, IV e V. Tal decisão retirou dos “efetivados” o *status* de efetivos, salientou o caráter temporário e excepcional de seus cargos, e, forçosamente, abriu espaço para a efetivação de concursados e para a realização de novos concursos públicos para provimento de cargos da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais.

Destaca o Ministro Dias Toffoli que,

A Lei Complementar nº 100, de 2007, foi, de fato, a culminância de um processo direcionado ao provimento de cargos efetivos por pessoas não aprovadas em concurso público. Não podemos chancelar tamanha invigilância com a Constituição de 1988.

Ressalte-se, no entanto, que, segundo notícias jornalísticas acostadas aos autos, haveria cerca de 98.000 (noventa e oito mil) servidores em situação funcional irregular no Estado de Minas Gerais, **o que por si só já demonstra o desrespeito do referido Estado com relação à necessária observância do princípio do concurso público** (*Ibid.*, p. 23).

Portanto, na condução da referida Ação, houve uma total consciência, por parte dos Excelentíssimos Ministros, de que o desrespeito aos preceitos constitucionais não se caracterizava apenas pela edição da “Lei 100”, em questão, mas, que a própria situação que levou à edição desta lei, a existência de quase cem mil servidores temporários, já evidenciava o descaso da Administração Pública mineira para com o instituto do Concurso Público, devidamente estabelecido na Constituição Federal. Tal conduta foi, unanimemente, considerada inadmissível pelos ministros do STF.

5 CONCLUSÃO

Durante muitos anos, o modo de ingresso no serviço público pouco tinha a ver com critérios tais como capacidade, competência ou conhecimento técnico. A prática usual para se tornar servidor público era o apadrinhamento, o nepotismo e o “toma-lá-dá-cá” das promessas de campanha eleitoreira. Tais práticas, comuns, atentam diretamente contra a ética e a eficiência da Administração Pública.

O instituto do Concurso Público, na Constituição Federal de 1988, foi elevado a um patamar de prestígio nunca antes obtido no país. A sua exigência como único meio de ingresso e efetivação ao serviço público lhe conferiu um caráter imprescindível, tendo como principais balizadores a moralidade e a isonomia, princípios básicos de uma Administração Pública salutar.

Não obstante, a Constituição Federal previu os casos de excepcionalidade para os quais o Concurso Público poderia ser dispensado, como já demonstrado. O descompromisso de certos administradores e legisladores transformou a exceção em regra. O temporário tornou-se habitual e o excepcional, a rotina.

Não restam dúvidas quanto a inconstitucionalidade do art. 7º, da Lei

Complementar nº 100/2007, do Estado de Minas Gerais. Fica evidente a forma equivocada de atuar e o descomprometimento paracom as normas constitucionais, por parte dos administradores estaduais. Não somente em relação àqueles de quando foi editada a “Lei 100”, mas também os que lhes antecederam, por décadas. Denota uma insistente aspiração de se administrar à “moda antiga”, sem observação dos preceitos legais e o devido respeito à Constituição Federal.

Diante do descaso das autoridades públicas, a atuação do Supremo Tribunal Federal e da Procuradoria-Geral da República na guarda do preceito constitucional foram determinantes no amparo dos interesses coletivos daqueles que, pela via constitucional, o concurso público, almejavam ingressar no serviço público mineiro.

Além disso, a contundente defesa do instituto do Concurso Público, através da ADI nº 4.876, traz aos administradores públicos um alerta quanto a importância e imprescindibilidade do mesmo. É uma clara demonstração de que, no Brasil, não há mais espaço para o apadrinhamento e o tão costumeiro “jeitinho” brasileiro. É um resgate da moralidade, isonomia e legalidade na busca de uma Administração Pública justa e eficiente.

REFERÊNCIAS

BELINETTI, Luis Fernando. Definição de interesses difusos, coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos. In: **Estudos de Direito Processual Civil**. São Paulo: Ed. RT, 2005, p.666/671

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 25 ago. 2016.

_____. **Lei nº 8.078**, de 11 de setembro de 1990. Código de Defesa do Consumidor. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm>. Acesso em: 03set. 2016.

_____. **Lei nº 9.868**, de 10 de novembro de 1999. Mensagem de Veto Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9868.htm>. Acesso em: 05set. 2016.

_____. Supremo Tribunal Federal. **ADI nº 4.876**, Petição Inicial. Relator: Ministro Dias Toffoli. Brasília, DF, 31 de agosto de 2012. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=4332889>>. Acesso em: 06 set. 2016.

_____. Supremo Tribunal Federal. **ADI nº 4.876**, Inteiro Teor de Acórdão. Relator: Ministro Dias Toffoli. Brasília, DF, 26 de março de 2014. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=4332889>>. Acesso em: 06 set. 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 7ª ed. revista, ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: *Lumen Iuris*, 2001.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 17ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo: meio ambiente, consumidor e outros interesses difusos e coletivos**. 12ª ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Editora Saraiva, 2000.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 25ª edição. São Paulo: Malheiros, 1999.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 21ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

MINAS GERAIS. **Lei nº 10.254**, de 20 de julho de 1990. Institui o regime jurídico único do

servidor público civil do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=Lei&num=10254&comp=&ano=1990>>. Acesso em: 05set. 2016.

_____. **Lei Complementar nº 64**, de 25 de março de 2002. Institui o Regime Próprio de Previdência e Assistência Social dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=64&ano=2002&tipo=LCP>>. Acesso em: 07set. 2016.

_____. **Lei Complementar nº 100**, de 05 de novembro de 2007. Institui a Unidade de Gestão Previdenciária Integrada - Ugeprevi - do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de Minas Gerais e o Conselho Estadual de Previdência - Ceprev -, altera a Lei Complementar nº 64, de 25 de março de 2002, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LCP&num=100&ano=2007>>. Acesso em: 03set. 2016.

MIRANDA, Jorge. **Manual de direito constitucional**. Coimbra: Coimbra Ed., 2001.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 24ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Curso de direito administrativo**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Histórico da Lei 100**. 2016. Disponível em: <<http://lei100.educacao.mg.gov.br/historico-da-lei-100>>. Acesso em: 09set. 2016.

WALDO, Dwight. **O estudo da administração pública**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1971.